



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0575/06	DATA: 04/05/2006
INÍCIO: 10h20min	TÉRMINO: 11h44min	DURAÇÃO: 01h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h24min	PÁGINAS: 25	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Secretário do Tesouro Nacional.

SUMÁRIO: Avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao exercício de 2005.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro iniciada a primeira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Carlos Kawall Leal Ferreira, que vai discorrer acerca da avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao exercício de 2005, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio a presença do Sr. Tarcísio Godoy, Secretário-Adjunto do Tesouro, e da Sra. Célia Correia, Secretária-Adjunta da Secretaria de Orçamento Federal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderá fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Vamos iniciar os contatos com a segurança. Como foi discutido ontem, estamos separando, nas duas últimas bancadas, duas vagas por partido; na próxima semana todos já terão o crachá para melhor organizarmos esse trabalho.

V.Exas. podem ver que deste lado já colocamos cadeira, e a imprensa pode ter espaço adequado para desenvolver seu trabalho. Entretanto, os Parlamentares e outras pessoas que queiram, durante os debates, algum contato com a imprensa deverão fazê-lo do lado de fora do plenário. Isso se faz necessário para melhor disciplina e ordenamento dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Sr. Carlos Kawall Leal Ferreira.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado. Meu bom-dia a todos os Parlamentares e demais participantes desta audiência.

Solicitei ao Presidente da Comissão a dispensa da leitura do relatório de avaliação que foi distribuído, a fim de proceder diretamente à apresentação que trata



das principais informações em relação ao quadrimestre findo em 31 de dezembro último, objeto desta representação. Na breve apresentação que farei, serão levantadas também algumas informações já disponíveis sobre o primeiro trimestre de 2006, tendo em vista as perspectivas em relação à execução fiscal e ao financiamento da dívida pública para o ano de 2006.

Primeiramente, destaco que o resultado fiscal de 2005, no encerramento do ano, confirmou aquela trajetória verificada ao longo do ano. Ontem, fez 1 mês que estou à frente da Secretaria do Tesouro Nacional. Acompanhei essa trajetória menos do que os Sras. e Srs. Parlamentares, mas é sabido que a execução do ano passado teve excesso em relação à meta de 4,25% do PIB do qual falaremos em seguida com mais detalhes.

(Segue-se exibição de imagens.)

A linha vermelha representa as metas em relação ao superávit primário do setor público, consolidado desde 2002, e a oscilação que ocorre, sobretudo nos anos com calendário eleitoral, do resultado de 12 meses, frente à meta determinada, mostrando que não raro ocorreu de o resultado de 12 meses ter ficado momentaneamente abaixo da meta de anos anteriores, sem que haja com isso nada de atípico, em termos de cumprimento da meta de final do ano.

Ao final, os 3 primeiros meses de 2006 mostram um resultado ligeiramente acima da meta de 4,25% do PIB...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Secretário, aquela corcova de 4,5%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Só para esclarecer. Há poucos Deputados presentes nesta Comissão, apenas queria uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Durante o debate, a Mesa concederá o tempo suficiente para esta exposição. Vamos permitir, segundo o Regimento Interno, que o expositor conclua.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Podemos depois falar mais detalhadamente. Ao final de 2004, houve uma elevação da meta para 4,50% e no ano seguinte, ela foi mantida em 4,25% do PIB.



A segunda transparência trata da meta do Governo Federal. No ano passado, houve um excesso com relação a esta meta. O Governo atingiu, com os números da última divulgação do IBGE, 3,56% do PIB, sendo a meta até o final do ano passado de 3,15%.

Neste ano, por força de uma revisão realizada em decorrência de uma menor expectativa de resultados para Estados e Municípios, esta meta foi elevada em 0,2% do PIB, situando-se, portanto, em 3,35%. O esforço nos 3 primeiros meses do ano está um pouco abaixo disso, mas nada que preocupe neste momento.

Com relação ao resultado primário, como mencionei anteriormente, até o mês de março, em 2006, há um acumulado do setor público consolidado até janeiro e março de 4,39% do PIB, abaixo, portanto, do ano passado, exatamente porque há um padrão de gastos mais antecipados, tendo em vista as limitações da Lei Eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas condizente ou mesmo até um pouco superior àquilo que foi verificado em outros anos, onde há o mesmo tipo de limitação. E no Governo Federal, o resultado, como mostrou o gráfico, está até o mês de março em 3,23% do PIB.

Temos a evolução das metas ao longo de 2005, desde a Lei de Diretrizes Orçamentárias até os sucessivos decretos que foram alterando os parâmetros, em razão das revisões do produto. E o resultado, ajustado pelo novo valor do PIB — como mencionei —, é de 4,83%. O dado trazido anteriormente era de 4,84%. A pequena diferença é resultante da revisão do PIB e o excesso em relação à meta de 4,25% acabou sendo verificada em todas as esferas, seja no Governo Federal, seja nas estatais federais, seja em Estados e Municípios.

No quadro seguinte, trazemos os parâmetros macroeconômicos reavaliados nos sucessivos decretos, notando-se como sabido o PIB que foi aquém do esperado no início do ano e também a trajetória cambial diferente do inicialmente previsto, afetando os comparativos ao longo do ano.

Quanto ao resultado primário do primeiro trimestre do ano e tendo em vista que encerramos, na última sexta-feira, o primeiro quadrimestre do ano de 2006, cujos resultados serão anunciados em cerca de 3 semanas, vale olhar o que está acontecendo com a execução fiscal no ano de 2006. Há, inclusive, dúvidas quanto o alcance da meta de 4,25%, no ano de 2006.



O que procuramos mostrar nesse gráfico é que o esforço fiscal que está sendo feito no primeiro quadrimestre de 2006 é condizente com o empregado nos anos anteriores, em que houve, como disse, limitações decorrentes da Lei Eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal com relação a gastos nos últimos 6 meses do ano calendário.

Mostramos também que, se olharmos o percentual do esforço fiscal primário no Governo Federal mais empresas estatais federais, notaremos que será de pelo menos 40,7%, ou seja, a meta quadrimestral, atingida pelo Governo Federal, de 28,7 bilhões do superávit primário de um total de 70,5 bilhões, representará esforço de 40,7% do esforço total previsto, com os parâmetros atuais, para o ano calendário de 2006. Tendo chegado a esse resultado, teremos algo compatível com o que se verificou em 2004, 39,9%, e, um pouco acima do que se verificou em 2002, 36,7%. Nos anos ímpares, em que não há esse tipo de limitação — 2003 e 2005 — verificou-se, esforço fiscal, relativo ao total do ano, de média de 50%, o que é típico de anos não eleitorais, quando grande parte da economia fiscal corre na segunda metade do ano.

Falando agora sobre o resultado nominal do setor público consolidado, nós tivemos, ao longo de 2004 e 2005, numa trajetória até o início de 2005, queda abaixo de 3% do PIB no acumulado do ano. No ano passado, em função da elevação da taxa de juros determinada pela política monetária, acabamos tendo, não obstante o resultado primário recorde em relação ao PIB, uma elevação do resultado nominal no ano. E a expectativa para esse ano é de que, com o processo de quebra da taxa de juros em curso, teremos a possibilidade de chegar ao final do ano com um déficit nominal, um déficit público, de 3% do PIB. Essa é a previsão que temos neste momento.

Dados obtidos até o final de março. No gráfico à direita, temos o resultado de 12 meses. O primário já foi mencionado, 4,39%; e o déficit nominal foi de 3,87%, em função da maior carga de juros paga. Mas, como eu disse, com a expectativa de que isso possa caminhar até o final do ano para um resultado de 3% do PIB, com superávit primário de 4,25% do PIB. Ou seja, atingir a meta garantiria um resultado nominal da ordem de 3% do PIB.



Observando a evolução das Receitas Administradas em relação ao PIB, houve, no ano de 2005, um valor observado de 17,19% do PIB.

Com relação a 2005, está em curso processo de reavaliação, tendo em vista a proximidade do decreto de programação financeira, após a aprovação do Orçamento, e teremos então a estimativa das Receitas Administradas, incluindo o seu relativo com o PIB.

Com relação às Despesas Correntes do Governo Federal, temos, nesse gráfico, sua evolução, destacando, como é conhecido, a elevação das Despesas Correntes no âmbito da Previdência Social e alguma estabilidade — talvez possamos chamar assim — das demais despesas correntes frente ao PIB desde 2003, ainda num patamar inferior a 2001 e a 2002. O valor então observado, com relação a essa variável para 2005, foi de 17,6% do PIB. Aí também teremos, com o decreto, previsão para 2006.

As transferências para Estados e Municípios tiveram, pelo menos é o que mostra a série, recorde no ano de 2005, 4,33% do PIB. A receita do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica foi — problema de recorde — bastante elevada, pelos bons balanços apresentados pelas empresas, o que determinou um ano favorável em termos das transferências constitucionais para Estados e Municípios.

Em Restos a Pagar, tivemos, na passagem de 2005 para 2006, um volume elevado de 17,5 bilhões, dos quais foram pagos até o momento 4,1. Estou usando a coluna com o PPI. Nesse sentido, ele tem um comportamento de pico, semelhante ao que se observou de 2001 para 2002, determinando volume pago, até agora, de 4,1 bilhões. Podemos depois, se for o caso, comentar esse aspecto com maiores detalhes.

Com relação à Dívida Líquida do Setor Público, devo dizer que ela manteve, ao final de 2005, trajetória descendente, e a projeção feita com parâmetros de mercado, com expectativas de crescimento, juros e demais variáveis, tomando como base as informações de mercado colhidas pelo Banco Central, sugere uma trajetória de declínio, até 2009, para 45% do PIB. Essas mesmas projeções não constam desse gráfico, mas mostram algo próximo a 41% do PIB para 2011. Então, mantido o esforço fiscal, dentro da meta atual de 4,25% do PIB e dentro da trajetória



esperada pelos mercados da taxa de juros, haverá declínio mais substancial ao longo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Sim, 41% até 2011, portanto, dentro de 5 ou 6 anos.

Ainda com relação à estratégia ligada à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, o que constou do Plano Anual de Financiamento, divulgado no final do ano passado, foi a intenção — e isso é da maior relevância, da maior importância — de buscar uma mudança no perfil da Dívida Pública Mobiliária Interna na direção de redução de papéis pós-fixados a favor do crescimento dos papéis indexados a preços e prefixados.

Ao final de março, com felicidade, pôde-se observar que os papéis indexados à SELIC e à LFT caíram para 45% da dívida — já foram mais de 60% — e a soma daqueles indexados a preços e prefixados atingiu, pela primeira vez em muitos anos, desde a crise asiática, mas em condições muito piores naquele momento de prazos, 50% da dívida interna. Então hoje já temos uma maioria de papéis da dívida interna não atrelados à taxa SELIC, no momento em que também não temos mais a exposição a títulos cambiais.

No caso da dívida externa, vale destacar a conclusão, no dia 18 de abril último, da recompra dos títulos *bradies*, encerrando um capítulo da nossa dívida externa. Hoje o Brasil tem um perfil de títulos de dívida externa absolutamente normal, continuando o programa de recompra de papéis mais curtos, com vencimento até 2010, no sentido de suavizar o serviço da dívida pública externa, buscando permitir que o País galgasse patamares de classificação de risco mais elevados.

No caso da dívida interna, temos aí os indicadores mostrando exatamente a queda da dívida interna indexada ao dólar. Hoje o Banco Central é até levemente credor em dólares no mercado interno. O impacto de uma desvalorização hoje já é praticamente nulo em termos da dívida pública.

O último *slide* mostra a composição da dívida externa em outras moedas, o dólar notadamente. Há o quase encerramento da dívida reestruturada. Hoje são residuais os títulos renegociados. Acredito que há menos de 1 bilhão de dólares de



títulos reestruturados da década de 80, que não eram *bradies*, e o esforço que continua sendo feito no sentido de divulgar o Brasil no exterior, além da ampliação de contato com as agência de *rating* no sentido de que essa melhor realidade se reflita em uma classificação de risco mais elevada.

Para cumprir o meu tempo, fico por aqui e à disposição para prestar esclarecimento e sanar dúvidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Secretário. Vamos dar início imediatamente aos debates. A lista de inscrição está aberta. Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Antes de mais nada, quero saudar a presença dos 2 Secretários, que estão pela primeira vez comparecendo a esta Comissão.

Aqui na Comissão de Orçamento é onde a sociedade brasileira aprofunda o debate das finanças públicas, através de relatórios feitos pela nossa competente Consultoria, através de trabalhos dos Parlamentares. Aqui é onde se dá o debate público sobre as contas nacionais. Então, essas audiências públicas se revestem sempre de grande importância para nós.

Eu vou tratar apenas, objetivamente, de 3 questões. A primeira questão diz respeito à resultado da Previdência. É estranho que no relatório apresentado por V.Exa. entraram vários temas, mas não entrou o debate da Previdência, que é apontado hoje como uma das questões essenciais.

No relatório do Tesouro Nacional aparecem, como resultado da Previdência, uma arrecadação de R\$ 108 bilhões, um pagamento de benefícios de R\$ 146 bilhões e um déficit de R\$ 37 bilhões. Isso é repetido no relatório apresentado oficialmente por V.Exa. sobre o cumprimento das metas. Fala-se de um déficit de R\$ 37,6 bilhões. Ora, existe um outro relatório do Tesouro Nacional, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que é uma obrigação da Lei de Responsabilidade Fiscal; nesse relatório aparecem como arrecadação, em vez de R\$ 108 bilhões, R\$ 111 bilhões; como despesa, em vez de R\$ 146 bilhões, R\$ 142 bilhões; como déficit, em vez dos R\$ 37 bilhões, R\$ 30 bilhões. E os 2 relatórios foram feitos pelo mesmo órgão público!



V.Sa. poderia dar explicações sobre isso? Eu tenho as explicações, porque fui atrás delas. Qual é a explicação? Do ponto de vista da Receita Federal, há um item, que consta no SIAFI, de Restituição de Benefícios não Desembolsados — que alcançaram R\$ 3,8 bilhões —, recursos que o INSS envia para os bancos e não são cobrados pelos beneficiários. Isso retorna, e está presente na Conta Única. Está presente sob a rubrica Restituição de Benefícios não Desembolsados. Isso faz parte do resultado da necessidade de financiamento. Então, se isso aumenta, essa receita não é computada pelo Tesouro. E, do ponto de vista da despesa, a contabilidade pública recomenda, e é norma, que o pagamento de sentenças judiciais, que atualmente é da ordem de R\$ 4 bilhões, deve-se a despesas de exercícios anteriores e não pode impactar a análise da dinâmica da Previdência. Portanto, o déficit, em relação ao PIB, em vez dos R\$ 37 bilhões, passou de R\$ 28 bilhões para R\$ 30 bilhões — menos do que o crescimento do PIB. Isso repete-se no primeiro semestre de 2006.

Isso é importante, Sr. Secretário, porque hoje há uma campanha articulada, uma verdadeira conspiração. Todo dia os jornais citam a necessidade de uma reforma da Previdência e apontam como comprovação dessa necessidade os números divulgados pelo Tesouro, mas optam pelos números divulgados no Relatório do Resultado do Tesouro, e não nesse outro Relatório Resumido, que também é do Tesouro e trata dessa questão. Eu quero apenas avisar a V.Exa. que estou encaminhando representação ao Tribunal de Contas da União para examinar essa discrepância.

A segunda questão diz respeito ao plano piloto. Na atual LDO que estamos debatendo, há uma previsão de R\$ 4,20 bilhões para o plano piloto.

O plano piloto surgiu a partir de um acordo com o FMI, em que a justificativa para o Congresso foi a de que nós não deveríamos perder, de que isso seria um investimento extra, porque seria abatido do resultado primário. Eram investimentos com retorno, e houve o acerto de que isso seria abatido, isso não afetaria a disponibilidade do Congresso de ampliar, discutir, alterar os investimentos propostos. Mas isso não vem sendo feito. Nessa proposta, há um aumento de R\$ 4,25 bilhões, incorporando-se os Restos a Pagar, que devem ser elevados, porque



pouco foi executado no passado, e dá-se prioridade para a execução desses investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Queira concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Peço só mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - V.Exa. já usou 8 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Bem, peço um pouco de paciência.

Então, eu queria saber por que não consta do relatório que vale para discutir a relação dívida/PIB o desconto desse PPI. Por que não consta? Quais são os termos desse acordo com o FMI? Mesmo depois de terminado, o acordo ainda vigora?

A terceira questão é o problema dos Restos a Pagar. É espantoso o salto que se deu em Restos a Pagar. E há essa prática do Tesouro de fazer contingenciamento excessivo no início de cada ano. Hoje os jornais anunciam o contingenciamento, no relatório do Deputado Carlito Merss, de R\$ 20 bilhões! E o recurso só é empenhado no último mês. Isso entra totalmente em contradição com qualquer processo de planejamento das finanças públicas.

E para encerrar mesmo, quero perguntar a V.Sa. sobre o crescimento da dívida mobiliária. A dívida mobiliária em poder do público — que conta, efetivamente — deu um salto. A dívida, a relação dívida/PIB ficou praticamente igual: R\$ 51,6 bilhões, R\$ 51,7 bilhões. Mas a dívida mobiliária em poder do público aumentou em mais de 5% do PIB.

Esse aumento da dívida mobiliária em poder do público deve-se, de certa forma, também a esse chamado colchão de liquidez. V.Sa. poderia, mais uma vez, tentar explicar para este Plenário o tal colchão de liquidez, que já acumula mais de R\$ 200 bilhões na Conta Única do Tesouro Nacional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

A Mesa está sendo mais do que tolerante, porque regimentalmente o tempo é de apenas 3 minutos, e demos a V.Exa. 10 minutos. Então, vou pedir que na réplica também possamos ficar dentro do prazo.



O Secretário, então, está com a palavra para responder as perguntas formuladas.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - V.Exa., em primeiro lugar, levanta a questão da Previdência Social. Há 2 quadros, com duas metodologias diferentes: o primeiro é o dado de caixa de R\$ 37,6 bilhões, o segundo é o dado por competência. No conceito de necessidade de financiamento trabalha-se, no caso das despesas primárias, com o conceito de caixa; então, daí a discrepância com relação aos 2 números apresentados. E não é uma questão de preferência pelo número maior ou pelo menor; o fato é que o dado de caixa é aquele que é usado no conceito de necessidade de financiamento para as despesas primárias.

Com relação ao PPI, existe uma determinação do Ministro Guido Mantega, no ambiente do Ministério da Fazenda, obviamente, de total prioridade aos gastos do PPI. Nesse sentido, ele é um valor que está preservado, do ponto de vista da contabilidade do superávit primário, no montante que V.Exa. mencionou para este ano, acima de R\$ 4 bilhões. E nesse sentido acredito que haverá, da parte do Governo, toda a presteza em utilizar esse espaço para preservar o investimento público. Quer dizer, essa, no período em que estou no Tesouro Nacional, é a orientação que nós temos do Ministro Guido Mantega.

Não conheço, na verdade, qual é a maneira de contabilizar isso na dívida pública. Eu acredito que não há como se excluir isso da dívida pública, porque é possível fazê-lo, como já foi acordado, do resultado primário, mas não há como não se identificar uma dívida ou não dizer o que se deve em função de um determinado tipo de gasto. No resultado primário, sim.

Com relação aos Restos a Pagar e ao contingenciamento, primeiro, não há ainda nenhum número do Governo com relação ao contingenciamento de 2006. Exatamente com a elaboração do decreto de programação financeira isso será anunciado; como, aliás, foi dito pelo Ministro Paulo Bernardo ontem, isso deve ocorrer em breve, evidentemente ao longo do mês de maio. Quanto aos Restos a Pagar, eu acho que não é uma situação ideal, mas é a que se estabeleceu.

Com relação a 2006, a determinação que temos é de buscar a meta de 4,25% e não fazer nenhum excesso que não aquele meramente técnico que porventura ocorre quando se deixa alguma pequena margem, para não descumpri-la.



Por fim, quanto ao colchão de liquidez, esse é um dos fatores que pode ter implicação do ponto de vista da expansão da dívida mobiliária interna. Há um compromisso assumido pelo meu antecessor, que vamos cumprir, no sentido de, quando viermos falar do primeiro quadrimestre de 2006, trazeremos um detalhamento com relação àqueles fatores que explicam a expansão da dívida pública. Já temos um trabalho preliminar, mas ainda não num formato que esteja totalmente claro, do ponto de vista técnico.

Mas também há outros fatores que se têm somado ao crescimento da dívida mobiliária interna, como a compra de dólares no mercado cambial, no sentido de fortalecer as reservas internacionais, e as compras que o Tesouro Nacional tem feito para readquirir papéis da dívida externa, na política em curso. Como tudo nessa área, busca-se um determinado benefício e paga-se um determinado custo.

Um sinal muito positivo da nossa economia é o fato de que há 4 anos estávamos com as reservas muito baixas e com um acordo junto ao Fundo Monetário, e neste momento estamos numa situação tão confortável que já há a preocupação com o custo de haver esse valor de reservas em elevação, o que é, eu diria, um fenômeno mundial. Todos os países, em função do déficit de balanço de pagamentos norte-americano, têm acumulado reservas internacionais num ritmo acelerado, e a contrapartida é o crescimento da dívida interna. Por outro lado, é por esse mesmo fator que hoje o Risco País se aproxima de 200 pontos básicos, porque o risco de insolvência externa caiu dramaticamente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Peço a palavra para a réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois não, Deputado Sérgio Miranda, mas agora dentro do prazo, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Secretário, sinceramente, quando os técnicos vêm aqui devotamos a eles um enorme respeito e confiança, mas V.Sa. considera a arrecadação competência? É regime de caixa! Está no Tesouro! Está no SIAFI! Como é que isso é competência? V.Sas. estão reduzindo a arrecadação em R\$ 3,8 bilhões! Como é competência? Isso é caixa! É Tesouro! Então, esse argumento de V.Sa. infelizmente não procede. Há uma redução da receita de R\$ 3 bilhões. O que deveríamos fazer é buscar a explicação. Que bancos



são esses? Por que houve um aumento tão grande desse recurso? Porque consta do SIAFI também 2004. Quais são esses bancos? Banco não fica com dinheiro em caixa! Banco ganha com dinheiro. E são R\$ 3 bilhões. Que bancos são esses? Em segundo lugar, por que houve esse salto de R\$ 600 milhões para R\$ 3 bilhões? Porque no primeiro quadrimestre já há R\$ 1,5 bilhão de devolução!

O segundo aspecto é o da despesa. A contabilidade governamental considera que é despesa de exercício anterior? Porque o que queremos discutir é a dinâmica da Previdência. Está aumentando ou diminuindo o déficit da Previdência? Qual é a relação entre arrecadação e benefícios? Não podemos computar isso como despesa, e o relatório não computa, porque é despesa de exercícios anteriores; nesse caso, há uma superestimação da despesa. Algum administrador público no passado não cumpriu a lei e a Justiça o corrige? Vai-se responsabilizar, vai-se usar isso como argumento para cortar benefícios da Previdência?

O déficit vem diminuindo! O déficit da Previdência, com relação à arrecadação e aos benefícios, vem diminuindo, como mostra o relatório apresentado em normas da LRF, em contradição com o relatório do órgão que V.Sa. representa, que é o Tesouro Nacional. Então, como argumentar que um é calculado por caixa e o outro por competência? Não existe nenhuma hipótese técnica de avaliar essa resposta de V.Sa.

O problema do PPI é o fato de que ele tem preferência; então, o que existe é uma usurpação, por parte do Executivo, dos poderes do Congresso. Define-se que esse investimento do PPI não vai fazer parte do superávit, de acordo com as negociações feitas, e não afetaria o poder do Congresso, mas ele não é computado para diminuir o superávit, no conceito abaixo da linha. Portanto, o que existe, na prática, é a usurpação do poder do Congresso. Então, nós temos um conjunto de investimentos que são definidos pelo Executivo, que são carimbados; a isso se chama comumente, no jargão, de injeção na veia. Já se sabe qual é a empresa que vai receber aquele investimento. E isso cada vez aumenta mais. É praticamente o dobro o PPI deste ano em relação ao do ano passado.

Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Queira concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Vou concluir.

Quanto à questão do contingenciamento, não estou dizendo que vai haver ou de quanto é o contingenciamento. Quero dizer que essa prática vai contra o planejamento. V.Sas. fazem um contingenciamento brutal no início do ano e vão reduzindo-o; quando chega o último mês é que fazem os empenhos. Qual é a noção de planejamento que se pode ter? A única meta a ser alcançada é o resultado primário; então, para garantir o resultado, fazem um contingenciamento brutal. Nós fizemos de empenhos em relação a investimento quase R\$ 12 bilhões! E é por isso que temos Restos a Pagar enormes, como vem acontecendo, o que é um salto em relação ao colchão de liquidez e crescimento da dívida.

Já vou concluir, Presidente.

Isso aí temos de debater, porque eu acho que as explicações nunca serão satisfatórias. Fica parecendo que há uma hipótese de monetizar a dívida. É com isso que o Tesouro trabalha? Por quê? Qual é o país do mundo que guarda na sua Conta Única 13% do PIB? Treze por cento do PIB estão na Conta Única! Qual é a explicação para isso? Até hoje nem Secretário anterior nem o anterior do anterior conseguiram explicar esse colchão de liquidez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Deputado, quanto ao assunto da Previdência levantado por V.Exa., a informação que eu tenho é, vamos dizer, genérica, com relação à diferença dos 2 demonstrativos, mas nos comprometemos a enviar a V.Exa. uma nota detalhando os aspectos apresentados. Essa elevação dos não-desembolsados não sei se no período recente pode ter alguma relação com o recadastramento que está sendo feito; talvez essa seja uma hipótese, mas vamos enviar-lhe a explicação.

Repito que não há nenhum interesse aqui em usar um número maior ou menor. É uma questão que nós nos comprometemos a esclarecer, do ponto de vista técnico, numa nota que enviaremos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Secretário.



Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Sr. Secretário, gostaria de apontar para V.Exa. algumas questões que considero particularmente importantes. Em primeiro lugar, sabemos que, com relação à Previdência, o relatório do Deputado Carlito Merss traz um déficit da ordem de R\$ 46 bilhões — R\$ 46 bilhões! —, quando o próprio Governo estimava um déficit da ordem de R\$ 39 bilhões; tentou fazer um programa, e ao fazer esse programa dizia que iria economizar em torno de R\$ 5 bilhões; desistiu da meta dos R\$ 5 bilhões; e, em função de novos gastos que foram feitos a partir da confecção orçamentária, esse déficit voltou para a casa dos R\$ 46 bilhões. Em 2002 esse déficit era de R\$ 15,3 bilhões. E o Ministro Mantega, recentemente, disse que a Previdência estava muito bem, que não havia necessidade de uma reforma da Previdência. Eu gostaria de saber se, com a triplicação do déficit de 2002 para 2006, V.Sa. também, como o Ministro da Fazenda, acha que não é preciso fazer reforma da Previdência, já que nós percebemos que esse déficit vai continuar crescendo, e oxalá fique na faixa dos R\$ 46 bilhões neste ano, porque eu acho que ele pode até aumentar, neste ano de 2006.

A outra questão, com relação ao PPI, que foi introduzido no Orçamento do ano passado sob esses critérios que foram negociados com o Fundo Monetário Internacional, pelos quais esse PPI não faria parte do montante a ser economizado com o superávit primário, obviamente esses recursos jamais foram executados na sua totalidade. No ano passado só foi executado R\$ 1 bilhão, ou seja, em torno de 30% do montante total. Eu indago a V.Exa.: esse PPI para 2007 — já não vou mais falar de 2006; vou falar de 2007, porque há um aumento para 2007 — vai continuar sendo faz-de-conta, como faz-de-conta está sendo todo o investimento que nós aqui no Congresso nos debatemos para fazer valer e o Executivo sistematicamente faz o seu contingenciamento? E com esse contingenciamento, que nós entendemos agora que não deverá ser inferior aos R\$ 20 bilhões, conforme está nos jornais de hoje, e ontem, na nossa reunião na Comissão de Finanças e Tributação, V.Sa. aquiesceu, o que se esperar de investimento, seja do PPI, seja dos investimentos aprovados aqui na Comissão este ano?



E, por fim, eu gostaria de fazer uma indagação sobre o superávit primário. Nessa primeira avaliação bimestral, encaminhada em março, a meta do Governo Federal, inclusive das estatais, foi elevada de 3,15% para 3,35% do PIB, e os Estados, eles que tinham a sua parte a cumprir, na meta consolidada, de 1,1% do PIB, deverão, portanto, reduzir para 0,9% do PIB a sua parte, mas no projeto da LDO de 2007 a previsão é de 3,15%. Afinal, vai haver a redução do superávit primário? Qual será a meta a ser perseguida? V.Sa. objetivamente crê que teremos um superávit primário de 4,25%? Ou o Governo, atendendo às questões que foram expostas aqui pelo então Ministro da Fazenda Antonio Palocci, vai utilizar aquela questão do anticíclico: ao reduzir a dívida pública pode-se aumentar o superávit? Ou vai reduzir esse superávit primário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Secretário.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Deputado, a primeira questão feita por V.Exa., com relação à Previdência Social, tem sido muito freqüente, e minha resposta tem sido a de que neste ano existe um esforço gerencial, liderado pelo Ministro Nelson Machado, que é fundamental, no sentido de dar um retrato mais apurado da realidade do Regime Geral da Previdência Social. Há uma expectativa de que isso traga uma economia, não obstante o fato de que o aumento do salário mínimo implicou uma elevação da previsão do déficit para números em torno de, como V.Exa. mencionou, R\$ 46 bilhões, ou possivelmente até um pouco menos do que isso. Neste ano, o que eu acho, evidentemente, possível fazer é isso. É um trabalho de gerenciamento que, ao que sei, estende-se ainda para o ano de 2007, em termos do recadastramento, e o que digo é que não cabe ao Secretário do Tesouro dizer o que ocorrerá a partir de 2007, numa nova realidade, com a eleição presidencial e a renovação, a eleição para a Câmara e parte do Senado, que ocorrerá em outubro. Caberá ao novo mandatário, no ano que vem, adotar uma posição com relação a como enfrentar...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Perdoe-me V.Exa., mas não estou indagando sobre o ano que vem; eu estou perguntando se...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Vai haver a tréplica, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não, eu sei que vou ter direito à tréplica, mas só estou perguntando se o Secretário concorda com o Ministro Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deixe-o só concluir a exposição e V.Exa. vai ter a...

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Não, eu acho que... Meu conceito é o de que, na minha posição, pronuncio-me sobre coisas que têm ligação direta com as minhas atribuições. Quando o Ministro Mantega indagar minha opinião sobre esse e outros temas eu vou dá-la, e ele depois a externará. Acredito que tenho de respeitar essa disciplina, com relação a esse e a outros temas que não diretamente atingem a minha função.

O que posso dizer é que, como é sabido, houve já duas reformas, nos últimos 8 anos, no Regime Geral da Previdência Pública, e no mundo todo existe um desafio com relação a regimes previdenciários. Isso não é uma coisa que nos aflige unicamente no Brasil, e é possível que no futuro haja novos passos, a depender dos projetos daqueles que forem vitoriosos na próxima eleição.

Quanto ao PPI, de novo, é uma prioridade. Não é meramente um espaço concedido pelo Fundo Monetário Internacional. É uma política de governo, de preservação do espaço para investimento. O Secretário-Adjunto Tarcísio Godói está informando aqui que já foram gastos em 2006 mais ou menos R\$ 500 milhões até março, e estimamos que no mês de abril tenham sido gastos mais ou menos R\$ 400 milhões adicionais. Então, estaríamos já próximos, aí, de R\$ 1 bilhão.

Uma das preocupações centrais do Ministro Guido Mantega — e não é só dele, evidentemente, é de V.Exa. e dos demais membros do Congresso, e também da sociedade — é o fato de que temos o desafio de elevar o investimento público. Com ele, no BNDES nós tomamos diversas iniciativas no sentido de ampliar o financiamento à infra-estrutura; no caso da atuação do BNDES, sobretudo em projetos privados. Eu diria que esse é um desafio, essa é uma preocupação, o PPI é



um espaço para preservar isso, e acho que, condizente com a política de governo, a orientação do Ministério da Fazenda é dar prioridade total ao PPI.

Com relação ao contingenciamento, digo aquilo que disse antes: não há esse número de R\$ 20 milhões. Ontem, na Comissão de Finanças e Tributação, de fato foi mencionado esse valor, que não me lembro de ter confirmado, porque não tinha essa informação. Portanto, não há esse número de R\$ 20 milhões, do ponto de vista de uma confirmação do Governo. Talvez eu tenha feito com que V.Exas. me entendessem mal. Mas brevemente teremos esse número.

Com relação ao último ponto, a elevação para 3,35% da meta do Governo Federal é preventiva, no sentido de buscarmos fazer um esforço adicional, caso necessário, em relação ao esforço de Estados e Municípios. Como é um movimento tópico de uma avaliação feita para este ano, na LDO então mantém-se para o ano que vem a proposta de 3,15%, condizente com o cumprimento da meta.

E, por fim, com relação ao superávit anticíclico, até o momento não houve nenhuma avaliação nossa da necessidade, ou da possibilidade, melhor dizendo da obrigação, nos termos da LDO, de utilizá-lo para o ano de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Para a réplica, passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Só pedi sua opinião. V.Sa. não precisa, ao meu ver, perguntar ao Ministro Mantega se pode falar sobre a questão. V.Sa. é Secretário do Tesouro. Indaguei-lhe se concorda com a posição do Ministro Mantega ao dizer que não é preciso fazer reforma da Previdência, porque ela está muito bem, toda organizada, mas de 2002 para 2006 triplicou o déficit da nossa Previdência.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu concordo com o Ministro Mantega.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - V.Sa. concorda?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Por favor, Deputado Sérgio Miranda.



O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Estou perguntando ao Secretário ele se concorda. Eu acho que, além desse choque de gestão, precisamos de outras coisas na Previdência.

Mas eu indago ainda a V.Sa. o seguinte: as despesas correntes primárias até 2004 estavam abaixo de 17%, e agora, nesse Orçamento que o ilustre Relator Carlito Merss fez aqui — e demorou muito, para tentar fazer uma coisa melhor, uma coisa boa, mas o próprio Executivo atrapalhou a peça orçamentária dele —, nós temos mais de 18% de despesas primárias. E eu percebo, e V.Sa. bem disse aqui, que o Governo está tentando, está aumentando o investimento, mas o que também percebemos claramente que o que o Governo está aumentando são as despesas. Para o investimento neste País o Governo não está contribuindo. Ele está vindo da iniciativa privada, do BNDES e tal, com a iniciativa privada, o esforço da iniciativa privada. E nós sabemos que com essa taxa, com esse nível de investimento, não teremos um crescimento do PIB da ordem de 4,5%, conforme o Governo estabelece, ou conforme está na proposta orçamentária. Entendemos que, se houver todo esse contingenciamento e se não houver redução dos gastos das despesas correntes, vamos patinar num crescimento de 2%, de, no máximo, 3% do PIB e não sairemos disso.

Gostaria de saber também de V.Exa. qual é sua opinião sobre a redução dos gastos das despesas correntes primárias.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Nesse caso, dou não só minha opinião, mas também a visão que o Governo procurou passar no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias: exatamente buscar na proposta enviada ao Congresso Nacional uma limitação para 2007, também proposta como indicação para 2008 e 2009, nas despesas correntes, em relação ao PIB, ante o patamar alcançado neste ano, na melhor estimativa, quando for enviada a lei orçamentária.

Se esse mecanismo for aprovado pelo Congresso Nacional, teremos uma limitação ante o número deste ano. O gráfico que apresentei aqui mostra a trajetória ascendente que essas despesas têm tido. Uma vez que acredito que a posição do Governo, do Congresso Nacional e da sociedade têm sido de que na carga tributária não há mais espaço para ampliação de impostos e tributos — pelo contrário, diversas medidas de desoneração têm sido adotadas para estimular o investimento



privado —, há que se conterem as despesas correntes. Nesse sentido, é essa a mensagem dada.

Concordo inteiramente com V.Exa.: é uma decorrência daquilo que foi proposto pela LDO. Felizmente, estamos vendo no ano de 2006 previsões de que o investimento em relação ao PIB, o investimento macroeconômico da economia, já é estimado em níveis acima de 20% — acho que não tivemos isso em passado recente. É essa a direção de que precisamos para galgar maiores taxas de crescimento. Quer dizer, há medidas de desoneração adotadas na construção civil que, parece, têm repercutido favoravelmente, mas a parte do investimento público é também complementar, importante, e o PPI é importante espaço nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, o grave problema do Governo não é o aumento das despesas, mas a dívida pública que herdamos em patamar extremamente elevado. Basta registrar que, no Governo anterior, o Brasil, quebrado 2 vezes, teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, e nosso Governo, no final de 2005, foi obrigado a pagar mais de 15 bilhões de dólares da dívida para com o Fundo Monetário Internacional. Se o Governo anterior tivesse administrado bem o Brasil, não tivesse quebrado o País 2 vezes, esses 15 bilhões de dólares seriam destinados a investimento interno. Lamentavelmente, aqueles que hoje falam no choque de gestão, no dia de ontem, quando eram governo, não tiveram esse cuidado.

Quero reservar meu tempo para discutir Previdência. Concordo com o Ministro Guido Mantega: nossa Previdência não precisa de reforma. A reforma feita em 2003, que começou a ser implementada em 2004, é suficiente para resolver o grave problema na Previdência brasileira. Se cumprirmos as várias recomendações que o Congresso Nacional traçou, vamos resolvê-lo. Um dos graves problemas identificados era a falta de estruturação da máquina do serviço público previdenciário. Tínhamos pequeno número de servidores, principalmente de peritos. Exatamente por isso, os benefícios no que diz respeito aos auxílios-saúde cresceram muito até 2004. De 2005 para cá, começou a haver diminuição, e



coincide com a estruturação dos peritos médicos, com as várias formas de acompanhamento do benefício registrado.

Houve também a URV de abril de 2004, um confisco feito pelo Governo anterior para não pagar aquela inflação. Os aposentados foram ao Poder Judiciário e ganharam as ações. Isso representou um desembolso de 12 bilhões de reais. Parte desse desembolso foi feito em 2005, e estamos fazendo outra parte em 2006, além das negociações. E a proporção em que os 12 bilhões de reais são pagos diminui o impacto no futuro.

Havia também grande distorção na partilha do SIMPLES federal: boa parte ia para o Tesouro, e não para a Previdência. Na Medida Provisória nº 275, que atualizou a tabela do SIMPLES, já corrigimos parte disso. E, agora, no SIMPLES nacional, que queremos votar ainda no mês de maio, para vigorar a partir de janeiro de 2007, estamos tomando uma série de outras medidas, para destinar mais recursos para a Previdência.

Estamos retirando a contribuição da folha salarial por parte do empregador em 98% dos estabelecimentos deste País. Esse núcleo de 98% dos estabelecimentos representa 20% do faturamento brasileiro. A contribuição previdenciária é transferida para o faturamento, e, nessa partilha, estamos aumentando a participação do INSS, como forma de cobrir o déficit hoje existente.

Temos a expectativa de que pelo menos 1 milhão de novos trabalhadores irão para a formalidade após o SIMPLES nacional. Conforme dados da PNAD, temos aproximadamente 4 milhões de estabelecimentos na informalidade. A previsão é de que cada estabelecimento desse tem, em média, 1,3 empregado. Queremos levar, em 2007, pelo menos 1 milhão de estabelecimentos para a formalidade, o que representará cerca de 1 milhão e 300 mil empregos formais. Além disso, boa parte do salário dos trabalhadores desses empregadores não está computado na carteira, em face do que pesa, do que representa a contribuição previdenciária para a folha patronal. A intenção é resolver esse problema através desses mecanismos, combatendo a sonegação, combatendo a elisão, formalizando e levando mais trabalhadores para a Previdência.

É bom registrar que, na reforma da Previdência, num regime próprio, fizemos planejamento para resolver em 20 anos. Não venham cobrar de nós que o que foi



planejado para ser resolvido em 20 anos seja feito nos 2 primeiros anos após a reforma da Previdência.

Portanto, choque de gestão para aqueles que ontem venderam o patrimônio público e quebraram o Brasil 2 vezes deve ser outra coisa, e não o que o nosso Governo está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Sr. Secretário, deseja fazer algum comentário?

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida, penúltimo inscrito.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, Sr. Secretário, senhores convidados, parece que este debate sobre a Previdência é oportuno, está na sociedade, e a mídia tem tratado do assunto. É assunto recorrente e relevante.

Quero associar-me às opiniões de Guido Mantega, já expostas pelo Deputado Pimentel. Acho que os dados demonstram a tendência desse déficit, e existem fortes indicadores de possibilidades de administrarmos a questão previdenciária no Brasil.

É importante que os dados sejam precisos. O Sr. Secretário falou de metodologias diferentes. É importante que haja metodologia que unifique, para que os dados apresentados sejam confiáveis, sejam dados que a sociedade tenha capacidade de perceber, entender e não suscitem dúvidas, as quais são aproveitadas para interesses diferentes. É importante, portanto, que haja precisão em relação aos dados.

Temos que analisar o comportamento do déficit da Previdência. Os dados do primeiro trimestre indicam, por exemplo, que a arrecadação previdenciária líquida cresceu 8%, e a despesa real, com benefícios do exercício, 5,3%. Se compararmos o desempenho, o comportamento desse déficit em relação ao PIB, vamos verificar que é decrescente. No primeiro trimestre de 2005, ele foi de 1,52% e, no primeiro trimestre de 2006, de 1,35%. Qual é o esforço que tem que ser feito? Como foi dito pelo Deputado Pimentel, é de inclusão, de formalização das relações de trabalho, de mecanismos que permitam elevar a arrecadação pela inclusão, ou por melhor fiscalização, por mais eficiência na estrutura de arrecadação da Previdência.

São mecanismos que temos que debater e precisar. É necessário investir nessa direção, porque a discussão sobre reforma da Previdência está sempre



voltada para retirar de quem efetivamente necessita de acesso ao benefício, à Previdência Social, um extraordinário programa social e de distribuição de renda.

Outro aspecto, Sr. Presidente, que gostaria de abordar e que, volta e meia, sempre aparece é a “gastança”, o superávit que está comprometido. E devemos fazer um movimento no sentido contrário. Estamos, como demonstraram os dados de 2005, com superávit além das metas. Tínhamos, na lei orçamentária de 2005, previsão do montante de arrecadação a partir do superávit de 44 bilhões e fechamos em 53. Meio ponto percentual no superávit corresponde a 10 bilhões de reais aproximadamente, que fazem falta na infra-estrutura, que fazem falta na expansão da educação, que fazem falta para aqueles que recebem o Bolsa-Família, que fazem falta na reestruturação do serviço público brasileiro.

Não há “gastança”, mas necessidade de ampliação de serviços destinados à sociedade brasileira. Longe de fazer um esforço para elevação do superávit a fim de conter a suposta “gastança”, temos que discutir qual é o superávit necessário e adequado para as relações e os contratos que o Brasil assumiu, mas de olho nos interesses nacionais, de olho nos interesses das políticas públicas, que são absolutamente necessárias e em que temos tantas deficiências.

Por isso, alguns que adotaram essa prática e fazem esse discurso chegam aqui e se retiram imediatamente, porque não conseguem mais enfrentar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Reitero nosso compromisso de esclarecer a questão dos dados previdenciários, e enviaremos, proponho, para todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Querido Secretário Carlos Kawall, é um prazer tê-lo aqui desta vez, e esperamos que venha mais vezes neste ano e nos próximos. Tarcísio foi meu colega e me ajudou a superar parte do sufoco que passei na tarefa mais árdua da minha vida, a Relatoria do Orçamento. Muitos desses



números discutimos quando debatemos a Lei Kandir e outras questões, para fechar o Orçamento. O Deputado Pimentel, com muito brilhantismo, abordou o tema.

Cansa esse mantra neoliberal que a direita tem usado nos últimos 3 meses. Estamos num ano eleitoral, então a cada 3 meses pega-se um tema. Primeiro, nós éramos incompetentes. Aí os números começaram a mostrar que não é bem assim. Nunca, num período tão curto, de 3 anos, um governo conseguiu administrar com tanta competência uma dívida herdada, principalmente a dívida externa e a interna, que nos traz tantos problemas. Eu, como Relator, vi muito isso.

Veio o pagamento de juros e o que poderíamos investir, e não é possível em função de contratos já feitos. Praticamente se resolveu a dívida externa. Aliás, até a extrema-esquerda e a extrema-direita perderam discurso. A esquerda não tem mais nem o famoso "Fora, FMI!". Não precisa usar mais aquelas faixas antigas, porque foi competentemente, com dificuldades a partir de 2003, que o Governo conseguiu, e com muita responsabilidade. Mesmo sendo criticado nesta sala, muitas vezes, por aqueles mesmos que nos entregaram o País dessa forma

Isso também tem que ser resgatado. Não é possível verificar sempre o tema das páginas dos jornais. Agora a palavra é "gastança". Aí ficaram semanas dizendo que este Governo está gastando muito. Quando veio o resultado claro e objetivo — está ali o superávit de 4,39 —, perderam o discurso. Aí ficaram umas 2 semanas sem linha. Observamos os *pit bulls* neoliberais perder no plenário o discurso. Agora, estão tentando achar novamente. Evo Morales ajudou-os durante 3 dias, mas a partir de amanhã, com certeza, não haverá mais esse discurso.

A moda agora é a Previdência. *"Ah! O problema é a Previdência, é a 'gastança', o Governo está gastando muito."* Ora está gastando muito pouco com o Estado brasileiro. Só eu sei, pelas demandas que temos de servidores públicos massacrados durante 8 ou 9 anos, da necessidade que temos de ter um Estado funcionado, quer no Executivo, quer em setores do Judiciário e do Legislativo.

Agora este discurso está aí: *"Ah! O problema é a Previdência"*. E começamos a observar os editoriais, porque é o padrão dos editoriais. Acertam uma linha e vão por ali. E os números não se confirmam. Talvez percam esse discurso, porque, na questão da Previdência, os números colocam com toda a clareza, em relação ao PIB, que está diminuindo.



E é importante que o Plenário desta Casa saiba que há Deputado que faz discurso contra a Previdência e tem emenda para aumentar o salário mínimo para 375 reais. De onde vêm os 25? Vamos falar com seriedade. Tivemos muita responsabilidade. Entendemos que salário mínimo é uma das melhores formas de distribuição de renda, e é para isso a nossa luta.

O Deputado José Pimentel e o querido Deputado Daniel Almeida abordaram aqui alguns temas, e quero apresentar 2 questões: até o dia 23 de maio, teremos nova reestimativa de receita e despesa, que é uma obrigação da LRF. Essa sempre foi nossa angústia, pela seriedade que tivemos na Relatoria de dizer desde o início que não inventaríamos receita. Há sim uma divergência, e esse é um dos motivos do contingenciamento correto. O máximo a que chegamos em relação à receita são, daquilo que foi encaminhado para esta Casa, 350 bilhões de reais, com a receita administrada chegou a 355, e esta Casa aumentou, passou para 365. Portanto, já existe uma divergência estrutural de 10 bilhões de reais, e, por isso, a necessidade do contingenciamento.

Eu gostaria de ver se V.Exa. pode adiantar alguma coisa do texto que talvez tenhamos no dia 23 e também das expectativas sobre a questão da receita — dia 23 terá que vir nova reestimativa. Se tem alguma novidade ou não. De que forma podemos ver com os números que temos. E também o que poderemos talvez quebrar com as medidas que estamos tomando, com a postura diante da dívida, que tem possibilitado, em termos de credibilidade do País, atingir simbolicamente o Risco País abaixo de 200 pontos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Deputado, primeiro quero dizer que é um prazer ter vindo aqui. Espero vir outras vezes e mais afiado nas informações, porque todos aqui são conhecedores profundos do tema, e eu ainda preciso de um período para me familiarizar mais com as informações.

Com relação à reestimativa de receita, ela virá até antes, no decreto de programação. É uma informação que vamos colher da Receita Federal, e não tenho nenhuma possibilidade de antecipar agora o que virá com relação a isso.



Com relação à pergunta dos 200 pontos-base, estamos muito próximos disso, e acredito que é uma possibilidade até a curto prazo. Evidentemente, a conjuntura nacional vai muito bem do ponto de vista da queda da taxa de juros, de maior crescimento econômico. Ela favorece esse movimento.

No lado internacional, no entanto, há uma alta da taxa de juros dos títulos do Tesouro americano, que, vamos dizer, se contrapõe ao cenário doméstico mais favorável, de inflação em queda etc. Não fosse isso, talvez já tivéssemos ultrapassado momentaneamente os 200 pontos, ou já chegado perto desse valor, mas acho que essa é uma realidade próxima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Encerrada a fase da fala dos Parlamentares, gostaria de saber do Secretário se quer fazer mais alguma complementação. E pode fazer as considerações finais.

O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA - Acho que exploramos os temas e espero, em breve, ter possibilidade de voltar falando do primeiro quadrimestre. Aí estarei falando pelo menos de um pedaço dele ligado à nossa gestão.

E agradeço a atenção dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Antes de encerrar, eu gostaria de solicitar aos Parlamentares que permaneçam aqui, porque vamos concluir a votação dos requerimentos, inclusive o de promoção do seminário sobre a LDO, e também apreciar os avisos acordados no Colégio de Líderes.

Agradeço o comparecimento ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Carlos Kawall Leal Ferreira; ao Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy; à Secretária-Adjunta da Secretaria de Orçamento Federal, Dra. Célia Corrêa; e aos Srs. Parlamentares.

Logo após o encerramento da audiência pública, daremos continuidade à reunião ordinária da Comissão, iniciada ontem.

Está encerrada a audiência pública.